

Ao décimo terceiro dia de setembro de 2023 ocorreu de forma presencial no Museu da Vida Marinha e também online a I reunião ordinária de 2023 do Conselho Consultivo (CC) do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA). Priscila Saviolo (gestora PEIA) trouxe a pauta: (i) posse dos conselheiros – biênio 2023-2025, (ii) retomada do processo de criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga de Pente (PEMTP), (iii) Permissão de Uso do PEIA, (iv) Píer do PEIA. Quanto ao item (i), Marcio dos Santos (GLN) destacou que o conselho empossado permite mais participação e integração das políticas municipais, estaduais e federais, que a cada membro cabe se inteirar dos materiais fornecidos para subsidiar as discussões para trazer demandas de seu setor e levar a seus representados o que é discutido, e que a Fundação Florestal (FF) é interlocutora entre conselho e instâncias superiores. Priscila Saviolo (gestora PEIA) apresentou o regimento interno do CC-PEIA e apresentou a nova composição, com entrega de certificados aos membros presentes. Renan Araujo (SEMA) disse que vai levar as questões do CC-PEIA à SEMA para contribuir da melhor forma possível e apresentou Christian Brüske (SEMA) como suplente. Henrique Becker (TAMAR) abordou o histórico de parceria entre TAMAR e PEIA na sensibilização ambiental e na pesquisa. Roberto Cialfi (ANUBA) disse que a ANUBA compreende 80% do setor náutico em Ubatuba, integra os conselhos de PEIA e APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e busca informar os clientes sobre o PEIA por ser uma região muito navegada. Helena Sanchez (AARCCA) demonstrou satisfação por representar a cultura caiçara. Luciana Dorta (AARCCA) relatou que está no CC-PEIA há alguns biênios como porta voz das comunidades tradicionais. Rafael Bignotto (IPA) explicou que o IPA promove pesquisas inclusive dentro das unidades de conservação (UC) para subsidiar a gestão. Humberto Gallo (IPA) disse que trabalhou no PEIA, foi secretário executivo do CC-PEIA e parabenizou a gestão. Silmara Erthal (ICMBIO) elogiou todo o processo e desejou um bom trabalho. Cintia Wandeveld (ATNU) pontuou que espera mais foco no ensino e na capacitação para dar mais segurança ao turismo náutico. Thais Lobo (CFB) disse que está no CC-APAMLN e destacou as ações da CFB com a PM Ambiental e a agenda de biodiversidade. Tami Ballabio (Instituto Argonauta) comentou que o Argonauta uma vez por semana passa pelo PEIA e integra o CC-PEIA há muito tempo para contribuir com o olhar da conservação. Marcio dos Santos (GLN) citou os desafios do uso de reuniões híbridas para aumentar a participação e destacou a resiliência ao processo para quem está participando. Priscila Saviolo (gestora PEIA) entrou na pauta sobre o PEMTP com um vídeo para retomar a discussão e citou eventos sobre a questão: audiência pública (2021), conclusão da revisão do plano de manejo da APAMLN (2022), revisitação da audiência pública para retomar a pauta em reunião com lideranças de comunidades de Ubatuba para apresentar os próximos passos e abordar questões como zona de amortecimento, ato tendente e a criação de uma UC dentro da APAMLN, seguida por reuniões setoriais com comunidades de norte a sul de Ubatuba e com os setores náutico, turístico, ambientalista e órgãos públicos. Leu a pergunta de Rosa Mancini no chat: “o parque marinho preenche quais lacunas de gestão, considerando o regimento da APAMLN, GERCO, áreas de exclusão de pesca e ESEC Tupinambás”, e respondeu que essas questões serão tratadas em outros momentos com calma. Gabriela Sartori (APAMLN) entregou aos presentes um panfleto com o material do vídeo que foi apresentado. Chico (Picinguaba) apontou que a audiência pública online teve pouca participação e que é preciso discutir de forma presencial com pesca artesanal, comunidades tradicionais e setor náutico; pontuou que o Ministério Público tinha que estar presente como ocorreu nas discussões sobre o plano de manejo da APAMLN, onde ficou acordado que o local seria uma zona de proteção da biodiversidade, e afirmou em nome da pesca artesanal que não compactua com o PEMTP por discordar em fazer UC dentro de UC dentro de zona

de exclusão de pesca e porque os pescadores ainda não absorveram essa questão. Rodrigo Vitor (FF) respondeu que dar gestão a um espaço com atributos únicos faz toda a diferença para implantar normativas por meio de recursos financeiros e de pessoal, argumentou que a audiência pública ocorreu online devido à pandemia e que mesmo assim teve mais pessoas do que se veria em audiência pública presencial, e que o processo foi suspenso por não estar maduro e por causa da revisão do plano de manejo da APAMLN, para ser retomado agora com conversas com mais pessoas e em mais lugares; explicou que é comum dentro de APA criar UC de proteção integral como acontece nos mosaicos Bocaina e Mantiqueira e que o PEMTP não trará mais restrições, mas criará capacidade para tratar questões como a remoção do coral sol, que hoje não é feita na intensidade adequada. Rafael Bignotto (IPA) perguntou sobre o mapa da proposta. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que em outro momento irá entrar em questões técnicas, mas adiantou que a área do PEMTP é a do polígono de interdição de pesca de 1983. Helena Sanchez (AARCCA) perguntou se as reuniões com as comunidades serão para informar decisões ou colher demandas. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que se pretende validar o método para tirar dúvidas, colher informações e pensar em conjunto na minuta a ser enviada ao CONSEMA. Ana Flavia (FCT) contou que se perdeu muito da pesca artesanal e que o território marinho faz parte da memória das comunidades tradicionais, que precisam ser ouvidas; disse que para o FCT a criação do PEMTP não é prioridade por ser de uma UC dentro de uma UC, considerando o plano de manejo da APAMLN e os instrumentos da SUDEPE, mas considerou positivo que a zona de exclusão de pesca não tenha caído. José Roberto (Promirim) demonstrou sua revolta com a situação do Sr. Joel, que possuía um cerco na ilha Anchieta antes da criação do PEIA, mas o IBAMA o tirou de lá mesmo com liminar para evitar a saída, e hoje o Sr. Joel responde a processo que está parado desde 2016, mas por tudo o que ele fez pela ilha Anchieta ele merecia que o parque marinho tivesse seu nome; apontou que no cerco havia registro de tartaruga, questionou se PM Ambiental e APAMLN fizeram alguma autuação lá e explicou que o cerco flutuante é ecologicamente correto por pegar peixe de passagem, mas muitos cercos sofrem com perseguição e com diversas normas, e arrematou dizendo que o caiçara é cultura e tem que ser respeitado. Jerri Morais (Colônia Z-10) demonstrou indignação como presidente da colônia de pescadores por não acreditar que o PEMTP não virá com mais leis porque em 2008 disseram que a APAMLN ia ser um projeto embrionário, mas virou uma UC; comentou que não é contra progresso e conservação, que é trabalhador que acorda cedo, respeita a natureza, tira lixo do mar e não joga óleo na água e ensinou isso aos filhos de pescadores, que falam que os pescadores viraram bandidos porque eles não podem passar pela APAMLN sem serem abordados pela PM Ambiental e porque precisam procurar falhas em portarias federais para poder pescar; recordou que disse a Geraldo Alckmin que São Paulo é o estado mais proibitivo do mundo e contou que no passado ia no ano novo ao PEIA com a família e a frota pesqueira, mas não vai lá há dez anos porque não pode nem chegar perto; afirmou que é não à APAMLN, ao PEMTP e a tudo que é proibitivo, que o que existe por trás de qualquer UC se chama dinheiro e que a fala do território e a tradição nada valem, mas vai acompanhar o processo pois o PEMTP será feito mesmo com as comunidades sendo contra. Eulles Costa (Picinguaba) revelou preocupação que a zona de amortecimento e o aumento da zona de exclusão de pesca levem os pescadores mais para fora e sugeriu fazer o PEMTP beirando o costão porque a tartaruga de pente é costeira e manter a atual zona de exclusão de pesca; questionou se vai ter parque marinho na ilha das Couves, Promirim e Rapada porque lá tem coral sol, comentou que há poucos dias duas praias de Ubatuba ficaram pela primeira vez poluídas e que quando se pensa em área de proteção cada vez

mais vai ter poluição com morte de coral e tartaruga de pente; afirmou que defende pescadores, caíçaros e canoieiros e que não é contra área protegida, mas considerou que o caminho tomado não é certo e que para ter o apoio da comunidade tradicional é preciso fazer pela primeira vez em Ubatuba algo bonito para todas as partes. José Henrique (TAMAR) explicou que a tartaruga de pente tem hábitos costeiros, mas o PEMTP tem esse nome por se tratar de uma espécie emblemática, mas não é voltado apenas para a tartaruga de pente, e sim para toda a biodiversidade. Priscila Saviolo (gestora PEIA) pontuou que a zona de amortecimento será discutida para ver se ela pode ser fator de mais restrições, mas antecipou a ideia de seguir o que está previsto na APAMLN, e perguntou se a primeira reunião pode ser feita em 26/09 no PEIA e as reuniões setoriais em 17/10, 18/10 e 19/10. Roberto Cialfi (ANUBA) sugeriu fazer no continente. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explicou que a primeira reunião é com lideranças de comunidades, e que com o setor náutico será em outra data. Ana Flavia (FCT) indagou se será com todas as lideranças de Ubatuba e sugeriu um local mais central. Priscila Saviolo (gestora PEIA) falou em chamar uma ou duas lideranças de cada local, podendo incluir mais pessoas. Aline Ishikawa (OTSS) sugeriu na próxima reunião trazer os planos da FF e as respostas sobre o que foi tratado na audiência pública e então agendar as reuniões, e informou que na semana de 26/09 haverá um evento do Observatório. Priscila Saviolo (gestora PEIA) comentou que essas informações serão apresentadas nas reuniões setoriais. Marcio dos Santos (GLN) disse para primeiro retomar a discussão e depois alinhar as respostas com as lideranças e assinalou que é preciso haver participação consistente para ter o máximo de representação possível. Ana Flávia (FCT) sugeriu não ter pressa porque nem todos lembram da audiência pública e porque está difícil casar as agendas. Chico (Picinguaba) perguntou se tem prazo para ficar pronto. Marcio dos Santos (GLN) respondeu que não necessariamente. Priscila Saviolo (gestora PEIA) sugeriu a primeira reunião em 24/10 e as setoriais em 06/11, 07/11 e 08/11, e houve concordância. Nilmara Santos (Barra dos Pescadores) perguntou se as lideranças dirão se será feito no norte, centro ou sul. Priscila Saviolo (gestora PEIA) sugeriu definir em conversa quando vai ser em cada local. Sem mais manifestações, Priscila Saviolo (gestora PEIA) abordou o histórico do projeto de permissão de uso do PEIA: revitalização do PEIA com recursos da Câmara de Compensação Ambiental, desenvolvimento do projeto de permissão de uso e sua apresentação em reuniões com CC-PEIA, conselhos municipais, escutas de mercado e oitiva, seguido por licitação com definição da vencedora em janeiro/2023 (Ebram Fiore Hostel), e formulação de uma matriz para analisar os documentos a serem entregues pela permissionária. Patrícia Santos (OTSS) indagou quem fará o monitoramento. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que o PEIA fiscalizará o plano de monitoramento de impactos da visitação (PM CIV), plano de gestão de riscos e contingências (PGRC), plano de resíduos sólidos (PRS) e plano operacional (PO), que já foram compartilhados com o CC-PEIA, e seguiu com o histórico em 2023: evento de assinatura de contrato (abril), início das atividades de manutenção na zona de uso intensivo, recebimento da primeira versão do PGRS, PO, PGRC e PM CIV (maio), primeira reunião entre PEIA, permissionária e monitores autônomos (que seguem com a prerrogativa de atuar nas trilhas monitoradas e com um formato para que eles estejam presentes em rodízio de duplas no PEIA), primeira reunião entre PEIA, permissionária e embarcações credenciadas (que continuam com o transporte de passageiros), recebimento da segunda versão do PM CIV, PGRC, PGRS e PO, (junho), imersão com PEIA, permissionária, CC-PEIA e monitores autônomos (para conhecer o PEIA por outras perspectivas), segunda reunião entre PEIA, permissionária e monitores autônomos, reunião entre PEIA, permissionária e embarcações de esporte e recreio, recebimento da terceira versão do PGRS e PO

(julho), terceira reunião entre PEIA, permissionária e monitores autônomos, aprovação do PGRS, evento KickOff para marcar o início das atividades e apresentar os projetos e programas do PEIA, início das atividades de controle da visitação e lanchonete, que eram para ter começado antes, mas houve atraso por questões do sistema fotovoltaico que estão sendo tratadas com a empresa que instalou para ter um serviço de qualidade (agosto), segunda reunião entre PEIA, permissionária e operadores credenciados (para falar sobre o transporte dos hóspedes), aprovação do PO e previsão de evento de inauguração no dia 23 (setembro); acrescentou que há reuniões internas e um grupo de trabalho dentro da FF para acompanhar. Chico (Picinguaba) perguntou quantas embarcações cadastradas e o tipo delas. Lucas Tomazella (monitor PEIA) respondeu que são cerca de 26 embarcações de transporte de passageiros, entre escunas e lanchas. Priscila Saviolo (gestora PEIA) reforçou que a portaria FF 233/2016 é para transporte de passageiros. Maria Robim (sociedade civil) perguntou com quem fica o programa de educação ambiental e sobre os objetivos de manejo da FF. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que o programa de educação ambiental é demanda da FF, embora a permissionária também possa desenvolver com anuência da FF, e que se pensa em trazer na próxima reunião a permissionária para apresentar PO; acrescentou que no PGRS tem a parte de compostagem, no projeto de reflorestamento a permissionária pode fazer a manutenção do viveiro, e ainda tem os sistemas de saneamento e energia e uso de produtos sustentáveis. Maria Robim (sociedade civil) perguntou qual a capacidade da hospedagem. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que são cerca de oitenta e que as estruturas são as já existentes. Chico (Picinguaba) questionou se ele pode ir com a família de lancha para passar o dia. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que sim, que o PEIA fecha às quartas-feiras e funciona das 9 h às 17 h e que moradores de Ubatuba são isentos da taxa mediante comprovação de residência, e recomendou adquirir o ingresso pelo site da permissionária porque a visitação não pode passar de 1020 pessoas por dia. Luciana Dorta (AARCCA) perguntou se ainda podem ser feitas contribuições aos planos. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que é válido ler e relatar qualquer problema detectado para ajustar e que o PMCIV é revisado após seis meses. Roberto Cialfi (ANUBA) perguntou se os hóspedes vão subtrair a capacidade de carga. Priscila Saviolo (gestora PEIA) respondeu que sim e que teve reunião entre PEIA, permissionária, marinas e charter. Roberto Cialfi (ANUBA) disse que tem tentado falar com o pessoal para que façam o correto. Não havendo mais manifestações, Priscila Saviolo (gestora PEIA) seguiu para a pauta sobre o píer do PEIA, já tratada com operadores credenciados, sobre a obra foi feita no píer do PEIA de 2016 a 2017 e dentro dos cinco anos de garantia a empresa foi acionada para fazer reparos, e como não houve resposta foi determinado judicialmente que a empresa refizesse alguns itens; acrescentou que houve uma vistoria no local, mas o reparo não começou por questões de saúde do engenheiro, mas está previsto para terminar em dezembro/2023, sem necessidade de interditar o píer. Chico (Picinguaba) perguntou se a discussão não é da APAMLN porque o píer avança para a parte marinha. Marcio dos Santos (GLN) respondeu que é um ajuste de uma obra que não foi feita a contento e não o caso de fazer um novo atracadouro, e que se tivesse que interditar o píer teria que haver outro local para atracar. Priscila Saviolo (gestora PEIA) recordou que os operadores falaram em fazer um píer flutuante, mas afirmou que se trata apenas de uma adequação; perguntou sobre mais observações, não havendo, agradeceu pelas presenças e encerrou a reunião.